



## PROCESSO SELETIVO INTERNO DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE

### PROCESSO SELETIVO INTERNO

### EXAME INTELECTUAL – POLÍCIA MILITAR

#### Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de questões. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de questões com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. Sua prova tem **100** questões, com **5** alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **5h**, incluído o tempo para entrega do caderno de questões, realização do exame e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas depois de decorrida **1h** do início das mesmas.
10. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de questões após às **13h15min** do horário local.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta preenchido e assinado ao fiscal de sala.
12. Os **3** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes e assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

**BOA PROVA!**

## Começa vacinação contra Gripe A



Disponível em: <http://www.acharge.com.br/index.htm> (acesso: 03/03/2010)

**01. O humor e a crítica presentes na charge só não decorrem estritamente:**

- a) Da ambiguidade da palavra “oposição”.
- b) Do fato de o homem perguntar a um mosquito se ele não vai se vacinar.
- c) De o mosquito da dengue “estar à solta”.
- d) Do título da charge.
- e) Das caricaturas apresentadas.

**02. A charge ironiza, satiriza um problema de saúde pública estabelecendo uma relação de oposição entre:**

- a) A política de um lado, o mosquito da dengue e o vírus da gripe A de outro.
- b) A saúde pública de um lado e o mosquito da dengue prejudicando-a de outro.
- c) O mosquito da dengue representaria a oposição do PMDB.
- d) A rivalidade política entre o PT e o PSDB.
- e) A gripe A e a dengue.

**03. Se o título da charge fosse excluído:**

- a) Seu sentido mudaria completamente.
- b) Ela poderia adquirir outro sentido.
- c) Ela ficaria sem sentido algum.
- d) Não iria causar prejuízo algum de sentido.
- e) Ela teria um sentido oposto.

**04. A charge só não é comumente publicada em:**

- a) Revistas.
- b) Internet.
- c) Jornais.
- d) Livros.
- e) TV.

**05. A palavra “oposição”, da charge, é classificada morfológicamente como:**

- a) Substantivo concreto.
- b) Substantivo abstrato.
- c) Substantivo coletivo.
- d) Substantivo próprio.
- e) Adjetivo.

**06. O título da charge: “Começa vacinação contra gripe A” é:**

- a) Um período composto por subordinação.
- b) Um período composto por coordenação.
- c) Um período simples.
- d) Uma frase nominal.
- e) Uma frase verbo-nominal.

**07. Supondo que a fala do homem da charge representa um diálogo informal entre conhecidos, o uso do “num” pode ser considerado:**

- a) um erro perante a gramática.
- b) uma inadequação vocabular.
- c) um exemplo de informalidade inaceitável nesta situação.
- d) uma exceção no uso, cometida apenas por falantes não-escolarizados.
- e) um exemplo de informalidade, típica da fala, aceitável nesta situação.

**08. A frase: “Começa vacinação contra gripe A.”, só não está corretamente analisada em:**

- a) O sujeito é classificado como simples
- b) O núcleo do sujeito é vacinação.
- c) O verbo é classificado como intransitivo.
- d) Vacinação é um substantivo abstrato.
- e) O objeto direto é vacinação contra gripe A.

**09. Sob a perspectiva normativa, isto é, de acordo com a norma padrão, a flexão verbal destacada na oração: “Tu num vai se vacinar não?”, está:**

- a) Incorreta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vais”.
- b) Correta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vai”.
- c) Facultativa, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do singular, aceita o verbo tanto nesta pessoa, como no plural, como em “tu não vais e tu não vai”.
- d) Aceitável, pois não devemos ter preconceito em relação à diversidade linguística.
- e) Correta, pois o pronome “tu”, de segunda pessoa do plural, exige o verbo nesta mesma pessoa, como em “tu não vai”.

**10. Não há uma opinião explícita do autor da charge, no entanto, podemos inferir que um de seus objetivos seja:**

- a) Satirizar o fato de que o Governo não é capaz de solucionar todos os problemas na área da saúde.
- b) Criticar o Governo por não resolver de fato todos os problemas na área da saúde.
- c) Evidenciar que, por mais que o Governo faça para a melhoria do país, a oposição sempre irá atrapalhar.
- d) Relatar um problema do cotidiano que afeta o Brasil todo: o grande número de casos de dengue.
- e) Demonstrar, por meio do humor, a incapacidade do governo para solucionar questões públicas.

**11. A charge poderia ser relacionada ao seguinte provérbio:**

- a) A fome faz sair o lobo do mato.
- b) A palavra é de prata e o silêncio é de ouro.
- c) Antes que o mal cresça, corta-lhe a cabeça.
- d) Em casa de ferreiro, espeto é de pau.
- e) A ignorância é a mãe de todas as doenças.

**12. Leia a seguinte manchete: “Pelé afirma que a seleção está bem, \_\_\_\_\_ Portugal e Espanha também estão bem preparadas.” A lacuna seria preenchida mais adequadamente por um(a):**

- a) Pronome relativo, como por exemplo, *que*.
- b) Conjunção adversativa, como por exemplo, *mas*.
- c) Conjunção aditiva, como por exemplo, *e*.
- d) Pronome adversativo, como por exemplo, *porém*.
- e) Locução prepositiva, como por exemplo, *no entanto*.

**13. O preenchimento adequado da manchete: “Pelé afirma que a seleção está bem, \_\_\_\_\_ Portugal e Espanha também estão bem preparadas.” faz parte de um recurso de:**

- a) Adequação vocabular.
- b) Falta de coesão.
- c) Incoerência.

- d) Coesão.
- e) Coerência.

#### **Mandela e o poder da inspiração (RUTH DE AQUINO)**

"Agradeço a todos os deuses por meu espírito invencível. Sou o dono de meu destino. Sou o capitão de minha alma." Essas palavras poderiam soar recheadas de arrogância. Não na boca de Nelson Mandela, o líder sul-africano que ficou preso 27 anos e dali saiu para reconciliar seu país. Não há ceticismo que resista ao filme *Invictus*. Se você ainda não viu a atuação impecável de Morgan Freeman como Mandela – e se algum ressentimento perturba seu sono –, entre no cinema hoje.

Há muitos motivos para ver *Invictus*. E o maior deles não é ser fã de rúgbi ou entender as regras desse jogo que combina força brutal e agilidade. Tampouco é o fato de a África do Sul sediar a próxima Copa do Mundo em julho. O maior motivo para ver *Invictus* é entender a nós mesmos, nossa força ou limitação, nós ou em equipe. Perceber com mais clareza o jogo cotidiano da liderança, em casa e no trabalho. Confrontar nossa verdade, sem subterfúgios ou rancores. O filme ajudará você a saber se seu chefe o inspira realmente. Ou se você inspira os que trabalham a seu lado.

Uma cena tocante é o chá entre Mandela e o capitão da seleção sul-africana de rúgbi, François Pienaar, o louro africâner de temperamento contido representado por Matt Damon. Ao contrário de seus camaradas, Mandela intuía que os Springboks, mesmo com bandeira e hino associados ao apartheid, poderiam ser usados para unir negros e brancos numa imensa torcida arco-íris.

– François – diz Mandela, sorrindo –, você tem um emprego muito difícil, um enorme desafio.

– Seu desafio é maior, senhor presidente.

– Mas não é minha cabeça que eles querem degolar a cada jogo, François. (...)

(disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI122804-15230.00.html>, acesso: 02/03/2010)

#### **14. Logo no primeiro parágrafo do texto, a autora:**

- a) Mostra certa neutralidade em relação à Mandela e a seu filme.
- b) Destaca que o líder africano deve ser um exemplo a seguir.
- c) Revela admiração e respeito por Mandela ao citar uma de suas frases.
- d) Evidencia que Mandela pode parecer arrogante ao proferir: "Agradeço a todos os deuses por meu espírito invencível. Sou o dono de meu destino. Sou o capitão de minha alma."
- e) Defende que o filme é tão bom que deveria ganhar o Oscar.

#### **15. Ainda em relação ao primeiro parágrafo, a autora nos convida a assistirmos ao filme. Tal convite é expresso principalmente por meio do:**

- a) Verbo no subjuntivo.
- b) Convencimento ao citar uma frase de Mandela.
- c) Verbo no indicativo.
- d) Verbo no imperativo.
- e) Forte apelo emocional.

#### **16. O texto "Mandela e o poder da inspiração" pode ser considerado:**

- a) Um artigo de divulgação científica.
- b) Um artigo de opinião.
- c) Uma reportagem.
- d) Uma notícia.
- e) Uma resenha crítica.

#### **17. "Não há ceticismo que resista ao filme *Invictus*." A palavra em destaque só não pode ser substituída neste contexto por:**

- a) Descrença.
- b) Incredulidade.
- c) Agnóstico.
- d) Disposição para duvidar de tudo.
- e) Frieza.

#### **18. O segundo parágrafo do texto é:**

- a) Constituído de argumentos pessoais de Ruth de Aquino com base em sua impressão do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- b) Constituído de argumentos impessoais baseados na observação objetiva do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- c) Constituído de dados concretos do filme, argumentos esses que objetivam nos convencer a assistir *Invictus*.
- d) Constituído de argumentos construídos com base na vivência de Ruth de Aquino, argumentos esses que objetivam nos fazer refletir sobre *Invictus*.

e) Constituído de argumentos impessoais de Ruth de Aquino com base em sua impressão do filme, argumentos esses que nos convidam à reflexão sobre *Invictus*.

**19. Reveja as construções:**

**“– François – diz Mandela, sorrindo –, você tem um emprego muito difícil, um enorme desafio.**

**– Seu desafio é maior, senhor presidente.” Elas constituem exemplos de:**

- a) Discurso direto livre, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.
- b) Discurso direto, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.
- c) Discurso indireto, em que o narrador relata a fala do personagem.
- d) Discurso direto e indireto, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, mas também fala, sendo suas falas normalmente introduzidas pelos verbos declarativos e/ou travessão.
- e) Discurso indireto livre, em que o narrador dá voz ao próprio personagem, sendo sua fala normalmente introduzida pelos verbos declarativos e/ou travessão.

**20. Releia: “– Mas não é minha cabeça que eles querem degolar a cada jogo, François.” O uso da vírgula destacada neste trecho tem a função de:**

- a) Separar o aposto.
- b) Delimitar o sujeito.
- c) Delimitar uma nova oração.
- d) Separar o vocativo.
- e) Marcar uma pausa forte.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**21. A Constituição Federal Brasileira de 1988 pode ser classificada da seguinte maneira:**

- a) Pactuada, instrumental, sintética, histórica e semirrígida.
- b) Pactuada, escrita, analítica, sistemática e rígida.
- c) Promulgada, instrumental, analítica, histórica e rígida.
- d) Outorgada, escrita, sintética, dogmática e semirrígida.
- e) Promulgada, instrumental, analítica, sistemática e rígida.

**22. Acerca do Poder Constituinte, aponte a alternativa CORRETA:**

- a) No Brasil, o Poder Constituinte Originário é limitado juridicamente, mas incondicionado e soberano em suas decisões.
- b) O Poder Constituinte Originário se manifesta unicamente na forma de Assembléia Nacional Constituinte ou Convenção.
- c) No ordenamento jurídico brasileiro, não é mais possível a manifestação do poder constituinte derivado revisor.
- d) Para elaborar as Constituições Estaduais, os representantes dos Estados-Membros exercem o Poder Constituinte Originário.
- e) O Poder Constituinte Derivado Reformador é incondicionado, e sua manifestação verifica-se por meio das Emendas Constitucionais.

**23. O princípio de hermenêutica constitucional segundo o qual “a uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que lhe conceda mais ampla efetividade social” corresponde ao:**

- a) Princípio do efeito integrador.
- b) Princípio da eficiência.
- c) Princípio da justiça.
- d) Princípio da unidade da constituição.
- e) Princípio da harmonização.

**24. A norma pertencente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determinou a realização de plebiscito para a escolha da forma e sistema de governo no Brasil, pode ser classificada como:**

- a) Norma constitucional de eficácia plena.
- b) Norma constitucional de eficácia limitada.
- c) Norma constitucional de eficácia contida.
- d) Norma constitucional de eficácia esvaída.
- e) As normas do ADCT não possuem natureza constitucional, portanto, não se incluem nessa classificação.

**25. Analise as assertivas abaixo relacionadas aos remédios constitucionais e, em seguida, aponte a alternativa CORRETA:**

I – O mandado de segurança é concedido para proteger direito líquido e certo, também amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II – O habeas-data é concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades privadas, governamentais, ou de caráter público.

III – A ação popular pode ser proposta para anular ato lesivo à moralidade administrativa e ao meio ambiente.

IV – O habeas corpus preventivo é cabível sempre que alguém se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, hipótese em que o Estado concederá um salvo-conduto para evitar que o paciente sofra os efeitos da coação ilegal.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

**26. Marque a alternativa CORRETA relacionada aos direitos políticos na Constituição Federal de 1988.**

- a) Constitui condição de elegibilidade a idade mínima de dezoito anos, para o cargo de Vereador, e trinta e cinco anos para o de Deputado Federal.
- b) Os estrangeiros, os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório e os analfabetos são inelegíveis.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado, do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 3 (três) meses antes do pleito.
- d) O militar alistável que tenha mais de dez anos de serviço será elegível, devendo ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, no dia seguinte à eleição, passará para a inatividade.
- e) O povo exerce o poder, de forma direta, através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, sendo que o referendo pode ser definido como a consulta prévia ao povo para que delibere acerca de eventual ato legislativo ou administrativo.

**27. Aponte a alternativa que apresenta somente cargos privativos ao brasileiro nato, em conformidade com o disposto na Carta Constitucional de 1988:**

- a) Carreiras diplomáticas e Secretários de Estado.
- b) Senadores Federais e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) Oficiais das Forças Armadas e Deputados Federais.
- d) Ministro de Estado da Defesa e Vice-Presidente da República.
- e) Ministro de Relações Exteriores e Oficiais das Forças Armadas.

**28. Em relação à nacionalidade, assinale a assertiva INCORRETA:**

- a) O povo brasileiro é constituído por todas as pessoas residentes no espaço territorial brasileiro.
- b) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- d) O Brasil, em regra, adota o *ius solis* como critério de atribuição da nacionalidade primária.
- e) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

**29. Aponte a alternativa CORRETA:**

- a) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, o brasão dos Estados, bem como as armas e o selo nacionais.
- b) Os direitos fundamentais, tendo em vista a sua própria natureza, são universais, irrenunciáveis, imprescritíveis e ilimitados.
- c) Os direitos e garantias fundamentais são assegurados tão somente aos brasileiros natos e naturalizados.
- d) As garantias fundamentais são bens e vantagens prescritas nas normas constitucionais e os direitos fundamentais são instrumentos criados para assegurar o exercício daquelas.
- e) Os direitos fundamentais de terceira dimensão são aqueles decorrentes dos deveres e direitos de solidariedade.

**30. No que se refere aos direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Carta Constitucional, assinale a opção correta:**

- a) A Constituição Federal admite a pena de morte em caso de guerra declarada, mas em nenhum caso permite a pena de caráter perpétuo.

- b) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, constitui crime afiançável.
- c) O civilmente identificado sempre será identificado criminalmente.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, mesmo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) A Constituição Federal proíbe, em todos os casos, a inviolabilidade das comunicações telefônicas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**31. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I – A interpretação das regras de Direito Administrativo, ao se utilizar a analogia, aplica-se o texto da norma administrativa a espécie não prevista, mas compreendida em seu espírito.**

**II – Por ser o Direito Administrativo um ramo do Direito Público, os costumes não integram as suas fontes, sendo elas: a lei, a doutrina e a jurisprudência.**

**III – São princípios da administração pública: a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a razoabilidade, a publicidade, a eficiência, a segurança jurídica, a motivação, a ampla defesa, o contraditório e a supremacia do interesse público.**

**IV – Quanto às definições de Governo e Administração, podemos afirmar que esta é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo.**

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- e) Apenas os itens I e IV estão incorretos.

**32. Acerca das espécies de poderes administrativos, analise e correlacione as duas colunas abaixo assinalando a alternativa CORRETA.**

<p><b>I – Poder vinculado.</b>  <b>II – Poder discricionário.</b>  <b>III – Poder regulamentar.</b>  <b>IV – Poder disciplinar.</b></p>	<p><b>1 – Poder indelegável a qualquer subordinado, pelo qual o Chefe do Executivo vem a explicar a lei para sua correta execução.</b>  <b>2 – É aquele que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.</b>  <b>3 – É a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores da Administração.</b>  <b>4 – É aquele concedido à Administração, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.</b></p>
---	--

- a) I-1, II-2, III-4 e IV-3.
- b) I-2, II-4, III-3 e IV-1.
- c) I-3, II-1, III-2 e IV-4.
- d) I-2, II-4, III-1 e IV-3.
- e) I-4, II-3, III-1 e IV-2.

**33. Considerando que o uso do poder é prerrogativa da autoridade que deverá empregá-lo nos justos limites da norma legal, da moral, da finalidade do ato e do interesse público, analise as alternativas abaixo acerca do uso anormal do poder, e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) O excesso de poder é o gênero do uso anormal do poder, enquanto que suas espécies são o desvio de finalidade e o abuso de poder.
- b) A autoridade, dentro dos limites de sua competência, ao praticar o ato por motivos diversos dos visados pela lei, estará cometendo desvio de poder.
- c) Incidirá em excesso de poder a autoridade que, embora competente, exorbite no uso de suas faculdades administrativas.
- d) Igualmente cometerá desvio de poder a autoridade que praticar o ato, dentro dos limites de sua competência, mas com fins contrários aos exigidos pelo interesse público.
- e) Ao atuar além de sua competência, em frontal descumprimento da lei, estará a autoridade agindo com excesso de poder.

**34. Analise as alternativas abaixo sobre a responsabilidade civil do Estado e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) A Constituição Federal, em seu artigo 37, §6º, estabelece a responsabilidade objetiva do Estado de reparar os danos causados por seus agentes, independente da demonstração de culpa ou dolo.
- b) Ressarcido o prejuízo pelo Estado, caberá a este ação regressiva contra o agente causador do dano, observando, neste caso, a culpa ou o dolo do agente.
- c) Caso o Estado comprove que o dano ocorreu por culpa exclusiva da vítima, ou ainda, que esta tenha concorrido para a ocorrência do evento danoso, o ressarcimento pelo Estado não será devido ou será proporcional à sua participação, conforme o caso.
- d) O artigo 37, §6º da Carta Magna aponta a responsabilidade objetiva do Estado e a da responsabilidade subjetiva do funcionário.

e) Estão sujeitas à responsabilidade objetiva, conforme o artigo 37, §6º da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

**35. Acerca do Sistema de Segurança Pública adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil, podemos afirmar:**

- a) No âmbito estadual, as polícias militares e corpos de bombeiros militares subordinam-se aos seus respectivos comandos gerais, enquanto as polícias civis subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- b) As atividades de polícia ostensiva e repressiva, na esfera dos Estados, são exercidas tanto pelas polícias militares quanto pelas polícias civis.
- c) Caberá às polícias militares o policiamento ostensivo da defesa civil, a preservação e manutenção da ordem pública.
- d) As funções de polícia judiciária concernente à atuação, de modo repressivo, com vistas à apuração da materialidade e autoria da prática criminosa são atribuições exclusivas das polícias civis.
- e) Não obstante às atividades ostensivas, caberão às polícias militares as atividades repressivas, nas hipóteses de infrações penais militares.

**DIREITO PENAL MILITAR**

**36. Diz o artigo 1º do Código Penal Militar:**

**“Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.”**

**O artigo supracitado trata de qual Princípio Geral do Direito Penal Militar:**

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da culpabilidade.
- c) Princípio da proporcionalidade.
- d) Princípio da ofensividade.
- e) Princípio da adequação social.

**37. Em se falando do Princípio da Retroatividade, é CORRETO afirmar que:**

- a) A lei posterior que, de qualquer outro modo, prejudique o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- b) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente apenas quando não se tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- d) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente apenas quando se tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- e) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, nunca retroage.

**38. Tício comete um crime durante a vigência de uma lei temporária. A citada lei agravava a pena ao fato praticado por Tício. Na época de seu julgamento, tal lei já não estava mais em vigor. Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A lei temporária, embora decorrido o prazo de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) A lei temporária não poderá ser aplicada após ultrapassado seu período de vigência.
- c) A lei temporária só poderá ser aplicada se mais benéfica ao réu.
- d) Na época do julgamento, deve-se observar a lei mais benéfica ao réu.
- e) Deve ser aplicada a lei vigente à época do julgamento, independente se mais grave ou não ao réu.

**39. Em se falando dos crimes contra a administração militar, assinale a alternativa que corresponde ao crime de CONCUSSÃO:**

- a) Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou vantagem indevida para a prática, omissão ou retardamento de ato funcional.
- b) Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão de cargo ou função, para recolher aos cofres públicos.
- d) Exigir imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso que a lei não autoriza.
- e) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

**40. Em relação ao cumprimento de pena, assinale a alternativa FALSA:**

- a) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória no Brasil.



- b) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória no estrangeiro.
- c) Computa-se na pena privativa de liberdade o tempo de internação em hospital ou manicômio.
- d) Computa-se na pena privativa de liberdade o excesso de tempo, reconhecido em decisão judicial irreversível, no cumprimento de pena, por outro crime, independente da data da decisão.
- e) O condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona pode cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**

### **41. Compete à Polícia Judiciária Militar:**

**I. Apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria.**

**II. Requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.**

**III. Cumprir mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.**

**Após analisar os itens acima, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum dos itens está correto.

### **42. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:**

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Público para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

### **43. Qual o prazo para julgamento do desertor, estando este preso?**

- a) Sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.
- b) Sessenta dias, a contar do dia da consumação do crime de deserção.
- c) Seis meses, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.
- d) Seis meses, a contar do dia da consumação do crime de deserção.
- e) Trinta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura.

### **44. Em se falando da reprodução simulada dos fatos em inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:**

- a) É utilizada para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo.
- b) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta contrarie a moralidade.
- c) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta contrarie a ordem pública.
- d) Não poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos caso esta atente contra a disciplina militar.
- e) Poderá se proceder a reprodução simulada dos fatos mesmo se esta atentar contra a hierarquia militar.

### **45. Assinale alternativa INCORRETA:**

- a) O foro militar é especial, inclusive em relação aos crimes dolosos contra a vida praticados, em tempo de paz, contra civil, por um militar em situação de atividade.
- b) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra a segurança nacional, os militares da reserva, quando convocados para o serviço ativo.
- c) Nos crimes dolosos contra a vida, praticados contra civil, a Justiça Militar encaminhará os autos de inquérito policial militar a justiça comum.
- d) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra as instituições militares, os militares em situação de atividade.
- e) O foro militar é especial e a ele estão sujeitos, em tempo de paz, nos casos de crimes previstos em lei contra a segurança nacional, os reservistas, quando convocados e mobilizados em manobras.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**46. Segundo a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), qual a penalidade prevista para aquele que "Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa" ?**

- a) Detenção de seis meses a dois anos.

- b) Detenção de seis meses a dois anos, e multa.
- c) Reclusão de um a quatro anos.
- d) Reclusão de um a quatro anos, e multa.
- e) Reclusão de dois a seis anos, e multa.

**47. Sobre a Internação, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, como medida sócio-educativa, julgue os itens abaixo:**

**I - Poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.**

**II - Poderá ser aplicada por reiteração no cometimento de outras infrações graves.**

**III - Poderá ser aplicada por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.**

- a) Somente os itens I e II estão corretos.
- b) Somente os itens I e III estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Nenhum item está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

**48. Quanto à absoluta prioridade sobre a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, julgue os itens abaixo:**

**I - Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.**

**II - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.**

**III - Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.**

**IV - Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.**

- a) Somente o item I está incorreto.
- b) Somente o item II está incorreto.
- c) Somente o item III está incorreto.
- d) Somente o item IV está incorreto.
- e) Nenhum item está incorreto.

**49. Sobre autorização judicial expressa para a criança, desacompanhada dos pais ou responsável, poder viajar para fora da comarca onde reside, julgue os itens abaixo:**

**I - A autoridade judiciária poderá conceder autorização válida por três anos.**

**II - Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável se a criança viajar na companhia de um dos pais.**

**III - Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.**

**IV - A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.**

- a) Somente os itens I e IV estão incorretos.
- b) Somente os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente os itens II e III estão incorretos.
- d) Somente os itens III e IV estão incorretos.
- e) Somente os itens I, II e IV estão incorretos.

**50. Quanto às medidas aplicáveis aos pais ou responsável, julgue os itens abaixo:**

**I – Prestação de serviços à comunidade.**

**II – Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.**

**III – Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.**

**IV – Obrigação de reparar o dano.**

- a) Somente os itens I e IV estão incorretos.
- b) Somente os itens I e II estão incorretos.
- c) Somente os itens II e III estão incorretos.
- d) Somente os itens III e IV estão incorretos.
- e) Somente os itens I, II e IV estão incorretos.

## **LEGISLAÇÃO DOS MILITARES DE PERNAMBUCO**

**51. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares, Lei 6.783/74 e posteriores alterações, o direito de recorrer na esfera administrativa prescreverá:**

- a) Em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra de inclusão em quota compulsória ou de composição de Quadro de Acesso.
- b) Em 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra da composição de quadro de acesso; incorreta é a redação anterior.
- c) Em 180 (cento e oitenta) dias corridos, nos demais casos.
- d) Em 15 corridos em todos os casos.
- e) Em 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial, quanto a ato que decorra de inclusão em quota compulsória ou de composição de Quadro de Acesso.

**52. Assinale a alternativa CORRETA. Conforme o artigo 8º da Lei 11.817, estão sujeitos ao regime disciplinar:**

- a) Somente os militares na ativa.
- b) Os militares na ativa e na reserva.
- c) Os militares na ativa e os reformados.
- d) Os militares na ativa, na reserva remunerada e os reformados.
- e) Os militares na reserva remunerada e reformados.

**53. Em relação às transgressões disciplinares militares, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Transgressão disciplinar militar é toda ação ou omissão praticada por militar estadual que viole os preceitos da ética e os valores militares, ou que contrarie os deveres e obrigações a que o mesmo está submetido, constituindo-se em manifestações elementares e simples que não possam ser tipificadas como crime ou contravenção.
- b) As transgressões disciplinares militares são as previstas na Parte Especial do Código Penal Militar, sem prejuízo de outras definidas em lei ou regulamento, devendo sua aplicação, necessariamente motivada, considerar sempre a natureza e a gravidade da infração.
- c) Considera-se praticada a transgressão disciplinar militar no momento da ação, ainda que outro seja o momento do resultado.
- d) A transgressão disciplinar militar pode ser consumada ou tentada, sendo salvo dispositivo em contrário a tentativa punida com a pena mínima prevista para a transgressão consumada ou com uma pena alternativa.
- e) Ficam sujeitos ao regime disciplinar do Código Penal Militar os militares estaduais agregados, nas condições estabelecidas pelo Estatuto dos Militares de Pernambuco, assim como os que estiverem à disposição de órgãos públicos civis, exercendo cargos ou funções considerados como de natureza ou interesse militar, na forma da legislação específica ou peculiar.

**54. São causas de justificação e circunstâncias atenuantes, respectivamente:**

- a) Ter sido cometida a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço ou da ordem pública; a constatação de bons antecedentes, registrados nos assentamentos do transgressor.
- b) Ter sido cometida a transgressão em legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito ou estrito cumprimento do dever legal; a relevância de serviços prestados.
- c) Ter sido cometida a transgressão em decorrência de caso fortuito ou força maior, plenamente comprovado e justificado; e a falta de prática no serviço.
- d) A influência de fatores diversos, devidamente comprovados e justificados; ter sido cometida a transgressão em decorrência da falta de melhores esclarecimentos, quando da emissão da ordem, ou de falta de meios adequados para o seu cumprimento, devendo tais circunstâncias serem plenamente comprovadas e justificadas.
- e) Ter sido cometida a transgressão durante a execução do serviço, ter sido cometida a transgressão em decorrência de caso fortuito ou força maior, plenamente comprovado e justificado; e a falta de prática no serviço.

**55. O Estatuto dos Policiais Militares estabelece em relação às férias que:**

- a) Compete ao Comandante-Geral da Polícia Militar a regulamentação da concessão das férias anuais.
- b) A concessão de férias (não) é prejudicada pelo gozo anterior de licenças para tratamento de saúde, por punição anterior decorrente de transgressão disciplinar, pelo estado de guerra ou para que sejam cumpridos atos de serviços.
- c) Em hipótese alguma os policiais militares terão interrompido ou deixarão de gozar, na época prevista, o período de férias a que tiverem direito, registrando-se, então, o fato em seus assentamentos.
- d) As férias são afastamentos totais do serviço, anual e facultativamente concedidos aos policiais militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se referem e durante todo o ano seguinte.
- e) Na impossibilidade absoluta do gozo de férias no ano seguinte ou no caso de sua interrupção pelos motivos previstos, o período de férias não gozado será computado dia a dia, no momento da passagem do policial militar para inatividade e também para outros fins.

**56. Assinale a alternativa INCORRETA. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares, Lei. 6.783/74, a licença:**

- a) Licença é a autorização para o afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao policial militar, obedecidas as disposições legais e regulamentares.
- b) Pode ser especial, para tratar de interesse particular; para tratamento de saúde de pessoa da família; e para tratamento de saúde própria.
- c) Licença especial é a autorização para afastamento total do serviço, relativa a cada decênio de tempo de efetivo serviço prestado, concedida ao policial militar que a requerer.
- d) A licença especial é prejudicada pelo gozo anterior de qualquer licença para tratamento de saúde e para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito àquelas licenças.
- e) A licença para tratar de interesse particular será sempre concedida com prejuízo da remuneração e da contagem do tempo de efetivo serviço.

**57. Assinale a alternativa INCORRETA. Os policiais militares têm direito aos seguintes períodos de afastamento total do serviço, por motivo de:**

- a) Núpcias: 8 (oito) dias.
- b) Luto: 8 (oito) dias.
- c) Instalação: até 10 (dez) dias.
- d) Trânsito: até 30 (trinta) dias.
- e) Licença: até 60 (sessenta) dias.

**58. As penas disciplinares militares a que estão sujeitos os militares estaduais, segundo o estabelecido na parte Especial do Código Disciplinar do Estado de Pernambuco, são as seguintes:**

- a) Repreensão, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e exclusão a bem da disciplina.
- b) Repreensão, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e cancelamento de matrícula em curso ou estágio.
- c) Detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e cancelamento de matrícula em curso ou estágio afastamento do cargo, função, encargo ou comissão e exclusão a bem da disciplina.
- d) Prisão, licenciamento a bem da disciplina, exclusão a bem da disciplina, cancelamento da matrícula em curso de estágio e suspensão da folga.
- e) Advertência, detenção, prisão, licenciamento a bem da disciplina e exclusão a bem da disciplina.

**59. A Lei 11.817 estabelece as modificações da aplicação de pena. Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A relevação da pena consiste na suspensão do cumprimento da mesma e somente poderá ser concedida por motivo de passagem de comando, data do aniversário da OME ou data nacional, quando já tiver sido cumprida pelo menos metade da pena.
- b) A atenuação de pena consiste na transformação da pena aplicada em uma pena menos rigorosa, se assim o exigir o interesse da disciplina e da ação educativa.
- c) A anulação de pena consiste em tornar sem efeito a publicação da mesma e poderá ser concedida quando ficar comprovado ter ocorrido injustiça ou ilegalidade na sua aplicação.
- d) A agravação de pena consiste na transformação da pena aplicada em uma pena mais rigorosa, somente se assim o exigir o interesse da disciplina.
- e) Poderá ocorrer a anulação em qualquer tempo e em quaisquer circunstâncias pelas autoridades especificadas nos incisos I e II, do art. 10, deste Código e no prazo de 30 (trinta) dias, pelas demais autoridades.

**60. Assinale a alternativa CORRETA sobre a classificação do comportamento militar das praças:**

- a) Excepcional - quando, no período de 6 (seis) anos de efetivo serviço não tenha sofrido quaisquer pena disciplinar nem medida administrativa.
- b) Ótimo - quando, no período de 4 (quatro) anos de efetivo serviço, tenha sido penalizada com até duas na detenção.
- c) Bom - quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço, tenha sido penalizada com uma prisão, ou com duas sanções menores.
- d) Insuficiente, quando no período de 2 (dois) anos de efetivo serviço tenha sido penalizada com até duas prisões e com quatro sanções menores.
- e) Mau - quando, no período de 1 (um) ano de efetivo serviço tenha sido penalizada com mais de duas prisões e com seis sanções menores.

**61. Assinale a alternativa CORRETA. Ser indiscreto em relação a assuntos de caráter oficial, cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou boa ordem de serviço:**

- a) Constitui transgressão de natureza média.
- b) Constitui transgressão de natureza grave.
- c) Prisão de 11 a 20 dias.
- d) Detenção de 20 a 30 dias.
- e) Detenção de 11 a 20 dias, além da aplicação de medidas administrativas.

**62. Em relação às situações especiais previstas no Estatuto dos Policiais Militares, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) É considerado desaparecido o policial militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais militares ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias.
- b) A agregação é a situação na qual o policial militar da ativa permanece sem número na sua escala hierárquica. Nos termos da Constituição Estadual, a agregação não abre vaga, inclusive para efeito de promoção.
- c) A situação de excedente é considerada como em efetivo serviço para todos os efeitos e o policial militar concorre, respeitados os requisitos legais, em igualdade de condições e sem nenhuma restrição a qualquer cargo policial militar, bem como à promoção.
- d) Reversão é o fato pelo qual o policial militar agregado retorna ao respectivo quadro tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica.
- e) A agregação e a reversão somente se fazem por ato do Governador do Estado de Pernambuco.

**63. Não é computável, conforme o Estatuto dos Policiais Militares, para efeito algum, o tempo:**

- a) Que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família.
- b) Decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença passada em julgado, mesmo que tenha sido concedida suspensão condicional da pena, quando, então, o tempo que exceder ao período da pena será computado para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.
- c) Passado como desertor.
- d) Decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função, por sentença passada em julgado.
- e) Passado em licença para tratar de interesse particular.

**64. Em relação aos recursos disciplinares, o Código Disciplinar de Pernambuco determina:**

- a) A autoridade a quem é dirigido o pedido de reconsideração de ato deve despachá-lo no prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, sob pena de ineficácia regulamentar;
- b) Os recursos disciplinares são a Reconsideração de Ato, a Queixa e a Revisão Disciplinar.
- c) Nem todos os recursos disciplinares têm efeito suspensivo ficando sobre-estado o recolhimento do militar até que sejam julgados, em última instância administrativa, todos os recursos ao seu alcance.
- d) A tramitação dos recursos tem caráter urgente, não podendo exceder a 10 dias, contados da data de recebimento do processo, devidamente instruído pela autoridade competente para solucioná-lo.
- e) O pedido de reconsideração de ato deve ser encaminhado através da autoridade a quem o requerente estiver diretamente subordinado e deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**65. Assinale a alternativa CORRETA. Deixar de comunicar ao superior imediato ou a outro, na ausência daquele, qualquer informação que tiver conhecimento, sobre iminente perturbação da ordem pública ou da boa marcha do serviço:**

- a) Constitui transgressão de natureza média.
- b) Prisão de 05 a 10 dias.
- c) Prisão de 05 a 10 dias, além da aplicação das medidas administrativas de perda da remuneração.
- d) Prisão de 11 a 20 dias.
- e) Detenção de 20 a 30 dias.

**66. Assinale a alternativa INCORRETA. A Lei nº 9.009, de 18 de junho de 1982, dispõe que:**

- a) A licença concedida a Policiais Militares Femininas mediante requerimento da interessada ao Comandante-Geral da Corporação, acompanhada da prova da alegação, interrompe a contagem do tempo de efetivo serviço.
- b) A Policial Militar Feminina tem direito a licença sem remuneração para acompanhamento do marido nas hipóteses descritas no artigo 4º da mencionada Lei.
- c) A Policial Militar Feminina gestante, tem direito a licença de 90 (noventa) dias, concedida a partir do oitavo mês de gravidez, mediante inspeção de saúde e laudo da Junta Militar de Saúde (JMS), sem prejuízo da remuneração e da contagem do tempo de efetivo serviço.
- d) O prazo inicial da licença para acompanhamento do marido será de 02 (dois) anos, prorrogável em iguais períodos, enquanto persistir o motivo que a determinou, sendo que poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido da interessada.
- e) O acesso ao Quadro Especial de Oficiais de Polícia Feminina exige a conclusão com aproveitamento do Curso Especial de Formação de Oficiais de Polícia Feminina, para cuja matrícula será exigida prévia seleção mediante concurso público.

**67. Assinale a alternativa CORRETA. Andar o militar a pé ou em transporte coletivo público, com uniforme inadequado, contrariando o Regulamento de uniformes ou normas a respeito:**

- a) Pena: Detenção de 3 a 8 dias.
- b) Constitui transgressão de natureza média.

- c) Constitui transgressão de natureza média, cuja pena é a de detenção de 3 a 5 dias.
- d) Constitui transgressão de natureza grave.
- e) Detenção de 11 a 20 dias, além da aplicação de medidas administrativas.

**68. Dentre as alternativas abaixo, qual não compreende os deveres dos policiais militares, descritos no Estatuto dos Policiais Militares?**

- a) A disciplina e o respeito à hierarquia.
- b) A dedicação integral ao serviço policial militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida.
- c) O aprimoramento técnico-profissional.
- d) O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens, a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.
- e) Culto aos símbolos nacionais, a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias.

**69. Assinale a alternativa que não corresponde com o disposto no Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco:**

- a) Não podem ultrapassar quinze dias as penas disciplinares de detenção ou prisão dias.
- b) No concurso de crime militar e de transgressão disciplinar será aplicada somente a pena relativa ao crime.
- c) A inobservância dos deveres ou a falta de exatidão no cumprimento dos mesmos, acarreta para o policial militar responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação específica.
- d) O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco é competente para processar e julgar os policiais militares nos crimes definidos em lei como militares, aplicando, no que couber, as disposições estabelecidas no Código Penal Militar.
- e) Será afastado do cargo o policial militar que se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício das funções policiais militares a ele inerentes.

**70. O Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco estabelece em seu artigo 52 e seguintes sobre a remuneração. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os policiais militares na ativa percebem remuneração constituída mensalmente por vencimentos e indenizações e eventualmente outras indenizações.
- b) Os policiais militares inativos percebem proventos e eventualmente auxílio-invalidez.
- c) O vencimento dos policiais militares na ativa compreende soldo e gratificações, e o provento dos policiais militares na inatividade, compreende soldo ou quotas do soldo, gratificações e indenizações incorporáveis.
- d) O soldo é irredutível e não está sujeito a penhora, sequestro ou arresto, exceto nos casos previstos em lei.
- e) O valor do soldo é igual para o policial militar da ativa, da reserva remunerada ou reformado, de um mesmo grau hierárquico, sem nenhuma ressalva.

**USO PROGRESSIVO DA FORÇA**

**71. Sobre o uso progressivo da força pelos policiais, marque a INCORRETA:**

- a) Força é a intervenção sobre o indivíduo, reduzindo ou eliminando sua capacidade de autodecisão.
- b) Nível do uso da força é o entendimento dado desde a simples presença policial em uma intervenção até a utilização da arma de fogo.
- c) Ética é o conjunto de valores morais ou princípios que norteiam a conduta individual ou de membros de uma mesma profissão.
- d) O uso da força por policiais não é subordinado ao interesse coletivo.
- e) Uso progressivo da força é a seleção adequada de opções de força pelo policial em resposta ao nível de submissão do infrator a ser controlado.

**72. Em referência ao cometimento de crime de abuso de autoridade por policiais na má utilização da força, marque a INCORRETA:**

- a) Os Órgãos Policiais devem capacitar seus membros para cumprir seus deveres na aplicação da lei.
- b) O policial ao aplicar a lei possui autorização legal para o uso da força.
- c) A função da polícia, dentre outras, é a atuação na garantia dos direitos humanos, podendo utilizar força para tal.
- d) A utilização de arma de fogo deve estar restrita a casos extremos.
- e) O Estado quando outorga ao policial a utilização de armas de fogo se abstém de responsabilidade na proteção do direito à vida, a liberdade e segurança pessoal do cidadão.

**73. Os Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Armas de Fogo adotados pelas Nações Unidas em 1990 dispõe, exceto:**

- a) A proporcionar normas orientadoras aos Estados membros na tarefa de assegurar e promover o papel adequado das polícias.

- b) Consideram que a utilização das armas de fogo deverão ser empregadas rotineiramente em ocorrências policiais.
- c) Estabelecimento de princípios a serem considerados e respeitados pelos governos no contexto da legislação e prática nacional.
- d) Devem ser de conhecimento dos policiais, magistrados, promotores, advogados e população em geral.
- e) Enfatizam dentre outros pela qualificação, treinamento e conduta dos aplicadores da lei.

**74. Na legislação brasileira estão contidos instrumentos legais que asseguram a utilização das armas de fogo pelos aplicadores da lei. Desta forma marque a INCORRETA:**

- a) As excludentes de ilicitude são: estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal.
- b) No Código de Processo Penal há instrumentos que asseguram o emprego da força por policiais em serviço.
- c) O Código Penal Militar por ser considerado mais rígido na punição de crimes, não constam instrumentos reguladores da utilização da força.
- d) O policial deverá empregar sua arma de fogo apenas em casos em que a legislação vigente permita.
- e) O Código de Processo Penal em seu artigo 284 admite a utilização de força quando indispensável em casos de resistência e fuga de preso.

**75. A utilização da força pelos aplicadores da lei só é legítima quando é aplicada obedecendo a princípios, sendo eles:**

- a) Legalidade, necessidade, proporcionalidade e ética.
- b) Necessidade, ética e supremacia da força.
- c) Legalidade, moralidade e arbitrariedade.
- d) Proporcionalidade, arbitrariedade e legalidade.
- e) Imparcialidade, necessidade e moralidade.

**76. Ao realizar o emprego da força, o policial deverá atentar a alguns quesitos. Desta forma marque a INCORRETA:**

- a) Identificação do objeto a ser atingido.
- b) O nível da força a ser utilizada é proporcional à resistência oferecida.
- c) Verificar a existência de meios menos danosos para atingir o objetivo.
- d) Agir com boa fé e de acordo com princípios éticos.
- e) Excessos no uso da força não afetam a relação polícia-comunidade.

**77. Em referência aos princípios que legitimam o uso da força pelo policial, marque a INCORRETA:**

- a) Legalidade é a fiel observância às leis vigentes.
- b) Proporcionalidade é a utilização da força na exata medida para o cumprimento do dever.
- c) A ética dita os parâmetros morais para a utilização da força.
- d) Necessidade é a verificação se uso da força foi realizado de forma imperiosa.
- e) Imparcialidade é a utilização da força sem o envolvimento emocional do policial.

**78. Sobre o uso da força por policiais, marque a alternativa CORRETA:**

- a) A supervisão nos casos de emprego do uso da força é desnecessária.
- b) Os superiores do policial envolvido com a má utilização da arma de fogo são isentos de responsabilidade.
- c) O Estado deve apontar o erro de seu representante que fez o mau uso da arma de fogo.
- d) O policial que faz o mau emprego da arma de fogo sem ter passado por treinamento nos últimos 12 meses estará isento de culpa.
- e) A culpa pela má utilização da força é apenas do agente que a praticou.

**79. Em patrulhamento, o policial deverá atentar ao utilizar-se da força, exceto:**

- a) Ao princípio da legalidade.
- b) Se a utilização da força é proporcional à resistência oferecida.
- c) Se estão presentes os casos de excludentes de ilicitude.
- d) O mau emprego não implica em responsabilização.
- e) Se está fazendo dentro dos limites éticos.

**80. Sobre a utilização da força pelos aplicadores da lei, marque a CORRETA:**

- a) No Código Penal Militar não há instrumentos que autorizam o emprego da força.
- b) São necessários qualificação e treinamento para o emprego de arma de fogo.
- c) Os superiores não são responsáveis pela má utilização das armas de fogo pelos seus subordinados.
- d) A aplicação da força só será legal se for desproporcional.
- e) O Estado não necessita dotar o policial de vários tipos de armas e munição.

## **DIREITOS HUMANOS**

**81. Os direitos da pessoa humana assegurados no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, visam, dentre outros, exceto:**

- a) Dignidade da pessoa humana em qualquer hipótese.
- b) São direitos fundamentais considerados imutáveis em nosso ordenamento jurídico.
- c) Direito à vida, a liberdade e igualdade.
- d) São prerrogativas mínimas asseguradas a todos para se tornarem úteis à sociedade.
- e) São direitos assegurados apenas a pessoas que estão sob tutela do Estado.

**82. São características dos direitos humanos:**

- a) Prescribibilidade, ou seja, possuem prazo para sua vigência.
- b) Universalidade, sendo destinado apenas a proteção das minorias éticas, as quais são historicamente perseguidas.
- c) Irrenunciabilidade, em nenhuma hipótese é assegurado sua renúncia pelo detentor.
- d) Efetividade, ou seja, o poder público deve garantir tais direitos, sendo vedado qualquer atuação coercitiva.
- e) Inviolabilidade, onde apenas leis complementares podem tratar de matéria contrária aos Direitos Humanos.

**83. Observe as características dos Direitos Humanos abaixo e marque a INCORRETA:**

- a) Inviolabilidade visa assegurar o não desrespeito aos direitos humanos praticada por lei infraconstitucional ou autoridade.
- b) Interdependência é a previsão constitucional visando assegurar a eficácia de lei que se choque com os direitos fundamentais.
- c) Inalienabilidade diz respeito aos direitos que não podem ser transferidos, mesmo mediante consentimento do seu detentor.
- d) Universalidade, sendo aplicados a todos os indivíduos independentemente de sexo, raça e credo.
- e) Imprescribibilidade, ou seja, não se perdem pelo tempo transcorrido.

**84. São considerados direitos resguardados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:**

- a) Direito à vida, à liberdade e segurança pessoal.
- b) Direito a julgamento justo, salvo em caso de guerra.
- c) Adoção de medidas penais retroativas, mesmo quando prejudiquem o réu.
- d) O Estado passa a ter direito de efetuar algumas prisões arbitrárias.
- e) O réu é considerado culpado, mesmo antes de sentença transitado em julgado.

**85. Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, marque a INCORRETA:**

- a) Os Direitos Humanos independem de suas declarações em constituições, leis e tratados internacionais, pois dizem respeito à dignidade humana.
- b) Foi redigido sob os impactos causados pelas atrocidades na Segunda Guerra Mundial.
- c) A Declaração representa manifestação histórica da formação em âmbito universal dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade.
- d) A Declaração Universal de 1948 foi o início da luta pelos direitos humanos pela humanidade.
- e) A Revolução Francesa e a Declaração de Independência dos Estados Unidos são exemplos de busca pelos direitos humanos. Foram consolidados pela primeira vez na Constituição de 1.988.

**86. Em referência aos Direitos Humanos na Constituição Brasileira, marque a alternativa ERRADA:**

- a) Foram consolidados pela primeira vez na Constituição de 1988.
- b) A Constituição de 1988 admite direitos fundamentais implícitos, assim como as anteriores.
- c) No artigo 5º da Constituição Federal de 1988 há direitos humanos materiais como, o direito a vida e formais como, o direito a certidões.
- d) O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é considerado *clausula pétrea*.
- e) Na Constituição Federal de 1988 estão consolidados a maioria dos direitos assegurados aos cidadãos.

**87. Em referência à aplicação dos Direitos Humanos pelos representantes da Segurança Pública, marque a alternativa INCORRETA:**

- a) Devem ser respeitados a qualquer custo, pois visam proteger a sociedade, assim como seus representantes.
- b) As condutas dos aplicadores da lei devem estar em acordo com as leis e principalmente com a Constituição Federal.
- c) Os direitos humanos visam, dentre outros, proteger as maiorias das minorias, pois apenas aquelas são objetos de proteção.
- d) A lei, a ordem, a paz e a segurança são questões de responsabilidade do Estado.
- e) Os direitos humanos devem ser objeto de aplicação diária dos policiais.



**88. Para a aplicação da lei fazem-se necessárias condutas éticas e legais do policial. Em referência a esta afirmação, marque a CORRETA:**

- a) O policial deverá decidir apenas sobre o que é certo ou errado.
- b) Os aplicadores da lei necessitam conhecer apenas os poderes e a autoridade concedida a ele.
- c) A aplicação da lei não pode estar baseada em práticas ilegais, discriminatórias ou arbitrárias.
- d) Na apuração de atos criminosos que atente aos direitos humanos é autorizado ao policial utilizar prática de tortura.
- e) Princípios éticos não se fazem necessários na atividade policial.

**89. Sobre a ética na aplicação da lei, marque a assertiva CORRETA:**

- a) Algumas táticas utilizadas pela polícia podem estar em desacordo com a lei.
- b) A aplicação da lei deve estar em conformidade com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade.
- c) Os policiais, diferentemente dos médicos, não necessitam de condutas éticas.
- d) Envolvimento em grande escala de policiais com corrupção, tortura, racismo não são casos de desvios éticos e sim de apenas práticas criminosas.
- e) Algumas práticas da aplicação da lei não necessitam estar fundamentadas em lei.

**90. Através de reflexões sobre Polícia e Direitos Humanos, podemos afirmar:**

- a) Existem duas sociedades, sendo uma "civil" e outra "policial".
- b) Ao policial não se faz necessário o sentimento de autoestima, pois a ele é conferido apenas o cumprimento de ordens.
- c) Os Direitos Humanos são destinados apenas a população, não necessitando os policiais de tais proteções.
- d) A fronteira entre a força e a violência não existe, como exemplo pode ser citado uma ocorrência de resistência de um cidadão contra o policial onde este está autorizado a empregar violência sem limitações.
- e) O policial pode ser visto como um pleno e legítimo educador.

#### **POLÍCIA COMUNITÁRIA**

**91. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 144, caput, diz expressamente que a segurança pública é direito e responsabilidade de todos. Baseado nisso, marque a assertiva INCORRETA:**

- a) O cidadão na medida de sua capacidade deve colaborar como puder com a segurança pública.
- b) A congregação de toda a comunidade em prol da segurança pública deve fazer parte do trabalho da Polícia.
- c) Ao cidadão não recai responsabilidade alguma com a segurança pública, uma vez que os Órgãos Policiais possuem esta função.
- d) O policiamento comunitário visa a participação social.
- e) Toda a sociedade deve estar envolvida no projeto de segurança pública.

**92. Policiamento Comunitário é a ação de policiar junto a comunidade. Em referência a esta afirmação, assinale a CORRETA:**

- a) É serviço policial aproximado às pessoas, personalizado.
- b) É filosofia de trabalho indistinta a todos Órgãos Policiais.
- c) É visto como tática a ser implementado pela Polícia.
- d) É a aproximação do policial junto à sociedade visando a prática de relações públicas junta a esta.
- e) O policial envolvido não precisa ser treinado para desenvolver este policiamento.

**93. Dentre as diferenças entre Polícia Tradicional e a Polícia Comunitária, podemos destacar, exceto:**

- a) Na Polícia Tradicional, o policial presta contas apenas a seu superior.
- b) Na Polícia Comunitária, o patrulhamento é distribuído conforme o número de ocorrências, uma vez que é utilizada a racionalização dos meios.
- c) A Polícia Comunitária visa dar enfoque mais amplo a resolução de problemas por meio da prevenção.
- d) A eficácia da Polícia Comunitária é avaliada através das ausências de crimes e desordem.
- e) No policiamento tradicional, o policial é do serviço.

**94. São objetivos a serem alcançados pelo policiamento comunitário, exceto:**

- a) Menor número de policiais e cidadãos mortos ou feridos física e psicologicamente.
- b) Respeito aos direitos constitucionais e a dignidade humana.
- c) Redução dos níveis de criminalidade.
- d) Participação da comunidade nos assuntos de segurança pública.
- e) Manutenção dos índices de criminalidade.

**95. No processo de integração e envolvimento com a comunidade deverá ser feito, exceto:**

- a) Com os líderes comunitários locais, presidentes de associações, cidadãos dentre outros.
- b) Autoridades constituídas e organismos governamentais.

- c) Mídia e órgãos de imprensa.
- d) Apenas com pessoas simpatizantes aos problemas de segurança pública.
- e) Com todas as esferas da sociedade.

**96. "O sucesso do trabalho policial depende da credibilidade e da boa imagem que a instituição em relação à população". Paulo Sérgio Pinheiro – Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Baseado nessa afirmação, qual afirmativa é CORRETA:**

- a) O policiamento comunitário visa apenas a resolução de conflitos, mesmo quando há crimes.
- b) Nos conselhos, comitês comunitários que tratem sobre segurança pública são indispensáveis à presença de representantes dos órgãos policiais.
- c) As entidades comunitárias são vedadas do acompanhamento dos resultados dos órgãos policiais locais.
- d) As campanhas educativas e de informação são de exclusividade dos organismos policiais.
- e) Entidades representativas não deverão participar dos trabalhos da polícia comunitária, pois elas possuem interesse no trabalho policial.

**97. Para se identificar problemas sociais locais que influenciam na prevenção de crimes, algumas ações devem ser adotadas, exceto:**

- a) Identificação das pessoas dispostas a auxiliar no processo que expressem as atitudes, valores e metas do bairro.
- b) Reuniões com representantes da organização policial, comunidade, autoridades constituídas, dentre outras.
- c) Identificação dos problemas da área, características, peculiaridades, delitos praticados dentre outros.
- d) Coleta das diversas informações sobre a comunidade onde os trabalhos serão desenvolvidos.
- e) Reuniões com a comunidade visando promover aquela Unidade Policial.

**98. Para a implementação do modelo de Polícia Comunitária, o que se faz necessário?**

- a) A polícia deve pautar pela democracia nas suas estruturas básicas e em seu funcionamento.
- b) A polícia deve assumir o papel protagonista no processo ditando os pontos a serem seguidos.
- c) Não se faz necessário à avaliação das atividades desenvolvidas, uma vez que para sua implementação houveram estudos anteriores.
- d) Profissionais não policiais como sociólogos e historiadores não foram formados para atuarem em segurança pública, não devendo, portanto, serem ouvidos em questões de segurança.
- e) A Polícia deve prestar seus serviços de acordo com o programa do Governo e não observar as necessidades locais da comunidade.

**99. Com a atuação de um policiamento comunitário, as ações policiais serão pautadas na prevenção gerando benefícios a sociedade, os quais podemos destacar, exceto:**

- a) A não permissão que crimes ocorram, além de ser lógico é mais econômico.
- b) As ações devem ser pautadas nas causas que propiciem a violência.
- c) O policiamento pró-ativo visa a repressão de delitos e crimes graves.
- d) As causas da violência são o objeto da atuação policial pró-ativa.
- e) Análise técnica da criminalidade permite otimização de recursos humanos e materiais.

**100. Após a implementação do policiamento comunitário sua continuidade é de suma importância para a segurança, desta forma, marque a CORRETA:**

- a) A transferência dos policiais que atuam na implementação deverá ser efetivada, uma vez que estes deverão participar da implementação em outras localidades.
- b) Não há necessidade de acompanhamento de dados estatísticos, tendo em vista que os crimes e delitos não terão espaço para aumento.
- c) Diminuição do policiamento após a queda do número de ocorrências visando uma atuação mais racional de meios e efetivo.
- d) Atuação constante da polícia junto à sociedade.
- e) As reuniões com o Conselho da Comunidade deverão ser extintas após um ano, pois já foi formado o elo com a comunidade.

**RASCUNHO:**